

Agora, Constituinte promete votação mais rápida

Nélio Rodrigues



Em seu gabinete, Ulysses recebeu as lideranças partidárias que só não aprovaram a votação em bloco

Plenário amplia os direitos sociais do trabalho doméstico

O trabalhador doméstico terá direito a um salário mínimo unificado, férias, aposentadoria, 13º salário, repouso semanal aos domingos e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço após a promulgação da nova Constituição. A decisão foi tomada ontem à tarde pelo plenário da Constituinte, ao aprovar por 361 votos contra três a fusão de emendas dos parlamentares Benedita da Silva (PT-RJ) e Eraldo Tinoco (PFL-BA). Pelo acordo firmado, a doméstica perdeu o direito a licença-gestante de 120 dias, hora-extra e redução da jornada de trabalho, dispositivos garantidos aos demais trabalhadores.

Mas a votação dos direitos sociais referentes aos trabalhadores rurais provocou acirradas discussões entre lideranças partidárias da esquerda e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que insistia na manutenção do texto do Centrão. Os progressistas alertavam que a votação e aprovação do parágrafo 4º do Centrão agredia o caput já aprovado pelo plenário — que garantia direitos aos trabalhadores urbanos e rurais — e segundo o líder do PCB, Roberto Freire, «se tratava de uma manobra para roubar os direitos dos camponeses».

A proposta do Centrão e da liderança do PMDB visava disciplinar em legislação complementar o tratamento de questões, como o FGTS, redução da jornada de trabalho, hora extra, licença à gestante e adicional de insalubridade, mas a emenda foi rejeitada por 253 contra 94 votos. O texto original do Centrão, que remetia à lei ordinária apenas a disciplina sobre o FG-

TS, a licença gestante e o salário noturno superior ao diurno para os trabalhadores rurais foi mantido pelo plenário ao rejeitar destaque supressivo do deputado Paulo Paim (PT-RS) por 225 votos contra 126.

Reajuste

A proposta de vincular o reajustamento do salário mínimo ao aumento dos subsídios do Congresso Nacional, sob a forma de emenda aditiva do deputado Lyssneas Maciel (PDT-RJ) foi rejeitada por 213 votos contra 104, assim como destaque do deputado Amaury Muller (PDT-RS) que pretendia assegurar os direitos sociais dos trabalhadores já conferidos por leis em vigor. O deputado Antônio Mariz (PMDB-PB) e o pedido do relator, retirou emenda que visava estabelecer uma diferença de 80 vezes entre o maior e o menor salário, de qualquer empresa nacional, pago ao trabalhador.

A votação foi interrompida pelo deputado Ulysses Guimarães às 19h00, após emenda do deputado Ottomar Pinto — direitos do produtor rural — não ter alcançado quorum para apreciação, com apenas 195 constituintes presentes ao plenário. As bancadas do PDT, PT, PCB, PCdoB, PSB e MUP promoveram uma retirada «estratégica» do plenário, que segundo José Genoíno (PT-SP), «poderia colocar em risco a aprovação da proposta, já que não havia número suficiente de constituintes no plenário». A sessão será reiniciada logo mais, às 14h00, apreciando o artigo 9º do título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Para líder, correr demais é arriscado

«Rapidez com responsabilidade» — essa é a orientação do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, para justificar a rejeição à proposta do deputado Ulysses Guimarães de votar globalmente as emendas para acelerar os trabalhos. Ao sair do Palácio da Alvorada ontem de manhã, onde se reuniu com o presidente José Sarney durante 40 minutos, Sant'Anna considerou arriscado imprimir um ritmo mais dinâmico do que já está sendo desenvolvido.

«Já estamos votando as emendas numa velocidade surpreendente», afirmou o líder do Governo. «Fazer uma Constituição em cima da hora tira-lhe toda a responsabilidade». Sant'Anna acredita que a rejeição à proposta de Ulysses será maciça, pois quase todos os constituintes não irão abrir mão do direito de verem seus destaques sendo discutidos e votados. Isoladamente, cada parlamentar constituinte tem direito a seis emendas e quatro destaques. No caso de Carlos Sant'Anna, por exemplo, ele faz questão de que seus destaques sejam minuciosamente discutidos e submetidos à votação.

Domingo, Ulysses Guimarães apresentou a proposta a Sarney e disse não ter recebido nenhuma objeção do Presidente, que por sinal lembrou o fato de já ter convocado a Constituinte prevendo que seus trabalhos se encerrassem em dezembro do ano passado.

Relativo

Na opinião do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, o objetivo de promulgar a Carta Constitucional o quanto antes é relativo. Ele entende que isso está condicionado à possibilidade de se viabilizar os investimentos que dependem de seus resultados, no campo econômico e social e «não acelerar, simplesmente para definir logo o mandato do Presidente da República e o sistema de governo».

Jânio almoça com Sarney para apoiá-lo

São Paulo — Os brasileiros e brasileiras ouvirão hoje, mais uma catilinária a favor dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Ardente defensor da tese, cabo eleitoral assíduo de eleições presidenciais em 1989, o prefeito paulistano Jânio Quadros, almoça com Sarney hoje, em Brasília, e aproveitará para pregar, mais uma vez, contra a convocação do pleito este ano.

De qualquer forma, mestre na arte do suspense, Jânio Quadros evitou, ontem adiantar qualquer ponto de sua conversa com Sarney e sua assessoria justificava: «O prefeito sempre prefere falar depois do encontro com o Presidente, de quem, é muito amigo e a quem muito admira», argumentava o secretário particular do ex-presidente, jornalista Roberto Abraham.

Da mesma forma, que o presidente Sarney, o prefeito Jânio Quadros, além de tudo, está incomformado com o andamento dos trabalhos da Constituinte e não perde oportunidade para críticas, sem meias palavras. Jânio costuma acusar a Constituinte de se submeter a vontade de uma minoria «comunista» que quer levar o Brasil «ao caos».

A NOVA CARTA

Integra do que foi aprovado ontem:

Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo II — Dos Direitos Sociais

Art. 8º — São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XIV, XVI, XVIII e XXI do artigo anterior, bem como a integração à Previdência Social.

Os líderes partidários na Constituinte decidiram ontem, durante reunião no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, aproveitar ao máximo o mecanismo de fusão de emendas semelhantes a fim de agilizar as votações da nova Constituição.

Após o encontro, Ulysses anunciou também mais três medidas para acelerar os trabalhos em plenários: a co-autoria de emendas, o critério da prejudicialidade e a permissão de apenas dois oradores, um contra e o outro a favor, para o encaminhamento das votações. A tese da votação em bloco, defendida pelo deputado, no entanto, foi rejeitada durante a reunião.

«Ficou constatada a necessidade de acelerar os trabalhos da Constituinte e como consequência disso vamos aproveitar ao máximo o instituto da fusão fazendo com que os partidos designem representantes que vão se reunir toda manhã para examinar as possibilidades de fusão, não só do título e do capítulo que está sendo discutido, mas os seguintes», anunciou o presidente da Constituinte.

Crerios

Ulysses Guimarães assegurou que, com a fusão, ao invés do plenário votar três, quatro, cinco ou até nove emendas em separado, elas poderão ser apreciadas globalmente. «Quanto maior o número de emendas, elas prejudicarão tantas outras», reforçou.

Segundo o deputado, também será colocado em prática o mecanismo da co-autoria de emendas. «As vezes, uma proposição tem palavras, tem expressões de uma

outra emenda, então acontece a co-autoria», explicou Ulysses. Com isso, proposições com redações idênticas terão vários autores, no lugar de apenas um.

«Será examinado também, isto compete a mim, um critério da prejudicialidade, e do encaminhamento das votações. O encaminhamento das votações cujo tempo tem sido três vezes maior

Na reunião, novas palavras em vigor

Eis um pequeno glossário dos principais temas discutidos ontem entre as lideranças partidárias e o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães:

Votação em bloco — E quando o plenário vota para a rejeição ou para a aprovação de um conjunto de emendas.

Co-autoria — Ocorre quando uma emenda destacada «puxa» uma ou mais proposições de outros constituintes transformando-se numa emenda coletiva.

Fusão — Ocorre quando se juntam emendas semelhantes para formar um único texto.

Prejudicialidade — Toda vez que for aprovada ou rejeitada matéria semelhante ou de sentido oposto, as proposições que se enquadram neste caso não podem mais ir à votação uma vez que o plenário já se manifestou sobre o assunto.

Crise já foi contornada

Andrei Meireles

Mais do que com a conversa entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, fria e formal, a atenção política diminuiu nas últimas horas devido a sinais e informações colhidos por políticos na área militar que praticamente descartam uma crise institucional.

No auge da tensão, na semana passada, o senador Marco Maciel, presidente do PFL, telefonou para o ex-presidente Ernesto Geisel e recebeu informações tranquilizadoras sobre o quadro militar. Dirigentes do PMDB, que não escondiam sua preocupação na sexta-feira passada, iniciaram a semana mais calmos: eles também receberam informações das Forças Armadas, que consideram positivas. Mesmo assim, a estratégia do PMDB, endossada por outros partidos, é de acelerar os trabalhos constituintes, e não dar margem ao aprofundamento da crise política.

«Jogo»

O deputado Ulysses Guimarães está satisfeito com a evolução do quadro político. Ele obteve duas vitórias que considera importantes: 1) — o apoio quase generalizado na Constituinte para acelerar os trabalhos de elaboração da nova Constituição; 2) — a articulação

bem sucedida junto aos governadores para respaldarem a Assembléia. Com isto, ampliou segundo avaliação feita sábado por dirigentes do PMDB, o isolamento dos que dentro do governo apostam no confronto entre o Executivo e a Constituinte. Do Judiciário, Ulysses também recebeu informações que o tranquilizaram: não haveria disposição no Supremo Tribunal Federal para um confronto com a Constituinte.

O deputado Fernando Lyra, que participou no sábado da avaliação dos dirigentes do PMDB, comentou ontem: «A bola baixou porque a crise era artificial. Não são os militares que estão usando o presidente José Sarney na perspectiva de uma crise institucional. E exatamente o contrário: o Sarney é que deseja usar os militares para ficar mais tempo no poder. Está mais do que claro que seu jogo não deu certo».

O deputado Pimenta da Veiga, ex-líder do PMDB, um dos mais assíduos interlocutores de Ulysses Guimarães, tem uma visão menos otimista que a de Fernando Lyra: «A temperatura de fato baixou, mas não meliu: Os que apostam no confronto tentaram, porém, criar novos fatos até o final do mês de março, quando será decidida a duração do mandato presidencial».

que o da própria votação deverá ser feito por apenas dois oradores, um a favor e outro contra», revelou o deputado para quem as novas medidas deverão acelerar os trabalhos da Constituinte.

«B.B.»

Em contrapartida, os líderes partidários rejeitaram a tese da votação em bloco de emendas com parecer idêntico do relator Bernardo Cabral. O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), que participou da reunião informou que as esquerdas jogarão contra por se tratar de matérias diferentes.

Após reafirmar sua intenção de fazer uma Constituinte «bb», boa e breve, Ulysses disse que está aconselhando a realização da operação «varredura» a fim de acabar com os pontos de interrogação existentes com relação à nova Constituição:

«É preciso banir os pontos de interrogação existentes na cabeça do povo brasileiro, do presidente da República, do presidente da Constituinte e do presidente do Supremo (Supremo Tribunal Federal), em relação a pontos fundamentais para o País como a greve, a questão da unicidade ou pluralidade sindical, a definição da empresa nacional e o mandato», conclamou o parlamentar.

A partir de hoje, as sessões matutinas serão dedicadas ao pequeno expediente e horário de lideranças, para que a tarde fique reservada exclusivamente às votações. O novo horário inclui sessões nos finais de semana e reserva parte da manhã para acordos de lideranças.

Carta pode fixar o mandato, diz Jobim

Vários parlamentares classificaram ontem, da tribuna da Constituinte, como consequência da crise política por que passa o País a luta do presidente Sarney pelos cinco anos de mandato. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) fez um discurso mostrando juridicamente que a Constituinte é um poder originário e portanto tem respaldo para fixar o mandato do Presidente.

O deputado Adylson Mota (PDS-RS) foi incisivo nas suas críticas ao Presidente. Da tribuna ele fez vários discursos e pronunciamentos do presidente José Sarney se manifestando pelo mandato de quatro anos. Segundo o parlamentar gaúcho, «há uma completa incoerência entre o que disse o presidente e seus atos de agora».

Carlos Cardinal, deputado pelo PDT do Rio Grande do Sul, disse que ouviu vários rumores de golpe em seu Estado. Para ele o Presidente tem o direito de «espernear pelo seu mandato, mas não de impor». O deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) considerou que, em função da crise, a transição termina com a nova Carta. Sólton Borges dos Reis (PTB-SP) foi mais longe, ao afirmar que «ou nós acabamos com a transição ou a transição acaba com o Brasil».

Poder originário

O pronunciamento mais incisivo foi o deputado Nelson Jobim. Em um longo discurso, ele considerou que o poder da Assembléia Constituinte é originário, ou seja, não está submetido a nenhuma ordem institucional vigente antes de sua convocação.

De acordo com Jobim, «o poder constituinte originário é fundante — resultado — de uma nova ordem, sem dependência material alguma com uma ordem jurídica anterior». Já o poder constituinte derivado, tese dos que afirmam que a Constituinte não pode definir o mandato do presidente Sarney, «é reformador ou atualizador de uma ordem jurídica vigente».

Nelson Jobim contestou essa tese, ao afirmar que, juridicamente, a Constituição de 1967, que está em vigor, somente atribuiu ao Congresso Nacional o poder de emenda, não prevendo o poder de revisão. Foi em função dessa limitação que se convocou a Constituinte em 1985, através da emenda constitucional nº 25, sem limitação de qualquer natureza, a não ser a exigência de que a Carta seria aprovada em dois turnos e por maioria absoluta dos constituintes. Assim, segundo o deputado, a Constituinte é um poder cuja legitimidade decisória não decorre da Carta de 1969».

Questão sindical vai a debate

Marco Antônio Maurício

Arquivo 18/1/88



Fogaça: unicidade

Meneguelli, presidente da CUT, insiste na filosofia de que a liberdade sindical deve ser conquista como um requisito essencial para se alcançar a unidade política na relação patrão/empregado. «Sem esta total liberdade, não há democracia sindical para as classes trabalhadoras», prega.

Espontâneo

A contribuição sindical também não encontrou consenso entre as centrais sindicais, pois a CGT e USI são favoráveis à sua manutenção, ao contrário da CUT que deseja a sua extinção. «O trabalhador não deve ser obrigado a retirar do seu salário uma quantia para o sindicato; este ato deve ser espontâneo», disse Meneguelli. Para a sobrevivência das entidades sindicais, Joaquinão alia-se à manutenção da contribuição, apesar de pregar uma extinção gradativa deste imposto ao longo da próxima década.

O direito de greve foi o único ponto de entendimento entre as centrais, CUT, CGT e USI lutam pelo direito e ampla liberdade de greve, inclusive nos serviços essenciais, porém, vedada a iniciativa patronal. Juntas, as centrais desejam suprimir o § 2º do projeto da Sistematização que prevê a punição em lei para o período grevista. «Eles desejam transformar a greve em um ato ilícito civil ou penal» protestou Joaquinão.

A definição da liberdade sindical e do direito de greve dos trabalhadores deverá centralizar as atenções dos constituintes e promete acirradas discussões na sessão de hoje, marcada para as 14h00. A pluralidade ou unicidade sindical não encontrou consenso entre as principais centrais sindicais — CUT, CGT e USI — e as lideranças do PMDB e do Centrão ainda encontram dificuldades para um entendimento sobre a questão.

A proposta de unicidade sindical, aprovada e inserida no texto da Sistematização, está destacada por emenda do senador José Fogaça (PMDB-RS) e para sua aprovação, a CGT e USI necessitam sensibilizar 280 constituintes. Em contrapartida, a CUT defende a aprovação da emenda do deputado João Paulo (PT-MG), que garante a unidade política do sindicato; estabilidade plena no emprego para o dirigente sindical; autorização do sindicato em manter relações com organizações sindicais internacionais e o acesso aos meios de comunicação social.

Já o Centrão espera aprovar emenda de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE) que assegure a pluralidade sindical e a formação de sindicatos por empresas que contenham número superior a cinco mil trabalhadores. Neste sentido, o § 3º do substitutivo do Centrão também resguarda a pluralidade sindical, mas o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) apresentará destaque supressivo ao parágrafo.

Implosão — A classe empresarial defende a pluralidade com a intenção de pulverizar e impedir o movimento sindical, acusa Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, presidente da CGT. Para ele, a inclusão da unicidade na Lei é apenas um freio a esta tentativa «perversa e maldosa» dos empresários, inclusive pela falta de sustentação legal contra a despedida imotivada do trabalhador: «a liberdade não é real, pois o emprego está sem a mínima proteção legal, afirma».

O presidente da USI, Antônio Pereira Magaldi, concorda com Joaquinão ao constatar que a adoção do pluralismo levará o movimento sindical a um estágio de autodestruição. Mas Jair

Lucena condena o confronto

Arquivo 14/1/88

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), reafirmará hoje em seu discurso de reabertura dos trabalhos do Legislativo, o papel soberano da Assembléia Nacional Constituinte e condenará a confrontação entre o Executivo e a classe política. No seu entendimento a atual crise por que passa o País «é fundamentalmente econômica» ao contrário do que tem afirmado o presidente José Sarney que a considera «política».

A informação distribuída ontem pela assessoria do presidente do Senado, acrescenta que é prioritária a definição do sistema de Governo e do mandato do atual Presidente da República, para que a Constituinte passe a trabalhar em clima de tranquilidade e o País ganhe estabilidade política. O senador Humberto Lucena adverte porém que o Governo não pode interferir na Constituinte.

Lucena vai clamar também os políticos a contribuírem para o desarmamento dos espíritos e, entendendo que é ao Congresso que cabe fiscalizar os atos do Governo, defenderá a transferência dos debates sobre a conjuntura política, econômica e social para as



Humberto Lucena discursa hoje, sessões da Câmara e do Senado, deixando a Constituinte livre para deliberar sobre a nova Carta.

Partindo da suposição de que a atual crise é econômica, o senador Humberto Lucena propõe um grande entendimento nacional com a participação do Governo, partidos políticos e segmentos da sociedade civil para fazer com que o País supere as dificuldades da economia e garanta a estabilidade política. «Só através desse entendimento, será possível consolidar o prestígio do poder civil», frisou.

Riocentro

O pedido de reabertura do inquérito do Riocentro poderá ser julgado hoje pelo Superior Tribunal Militar. O processo foi encaminhado pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard.

O pedido de reabertura foi motivado pela divulgação, no ano passado, na revista *Veja*, de uma carta do ex-ministro Golbery do Couto e Silva ao ex-presidente João Figueiredo, e de uma entrevista publicada no *Jornal do Brasil* com o coronel da reserva Léo Frederico Cinello, na época chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do 1º Exército.